



Expresso

14-12-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Política

Dimensão: 368 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 21

PR cético, alerta que leis não chegam

Marcelo pede “claro consenso nacional nesta legislatura”. E espera para ver “medidas concretas”

Marcelo Rebelo de Sousa anda desde o seu discurso de posse a pedir um pacto de Justiça com o foco no combate à corrupção, mas não tem ilusões: mudar leis ajuda, mas não chega. “A luta contra a corrupção supõe forças de segurança também elas fortes e prestigiadas, uma comunicação social independente e, para isso, viável, e educação para a honestidade e a transparência na vida pública, que deve começar nos mais jovens e exigir constante pedagogia em todos os setores da sociedade portuguesa”, lê-se numa nota publicada na página oficial da Presidência da República. Ou seja, Marcelo alerta para que a empreitada é transversal e enorme.

Primeira dúvida: em que sentido avançará e a que conclusões chegará o grupo de trabalho criado pelo Governo para apresentar propostas de combate à corrupção? O Presidente congratula-se com o pontapé de saída, mas espera que o trabalho “se traduza em medidas concretas” ainda nesta legislatura e não resvale para generalidades. E avisa que está em causa “reforçar a confiança dos portu-
 ges no poder judicial”, um “pilar cimeiro do Estado de direito”.

ses no poder judicial”, um “pilar cimeiro do Estado de direito”.

Para já, o PR não se pronuncia sobre as intenções do Governo já assumidas pela ministra da Justiça, a começar pela denúncia premiada, a criação de juízos especiais para julgar crimes de corrupção e a possibilidade de os arguidos fazerem acordos em julgamento. Para o Presidente da República, essencial é não perder muito mais tempo e trabalhar para concertar posições no âmbito de um pacto que na sua opinião tem que ir muito além dos partidos políticos.

Há quatro anos, no seu primeiro discurso na abertura de um ano judicial, Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que devem ser os agentes judiciais a abrirem caminho para um “pacto de justiça” entre os partidos, possivelmente “delineado por fases ou por áreas” e pediu-lhes (aos agentes do sector) para criarem “plataformas de entendimento”. Já na altura, sinalizou que o combate à corrupção tem de começar “numa mudança cultural na sociedade” e supõe “um denominador mínimo entre os parceiros sociais, antes de chegar aos partidos”. A esfera partidária, alertam em Belém, é sempre uma incógnita, já que o combate à corrupção divide os partidos, a começar pela ideia de premiar a delação. No PS, com o fantasma do caso Sócrates a ‘ferver’, a discussão interna já começou. No PSD, a medida nunca foi pacífica e não será diferente saber quem liderará o partido após as diretas de janeiro. Marcelo quer resultados na legislatura, mas sabe que a tarefa não é fácil.

ÂNGELA SILVA
 avsilva@expresso.imprensa.pt